



## **CONHECIMENTO CIÊNTIFICO E TEORIAS DE VALOR** **Cristian Sparemberger<sup>1</sup>, Marjorie Reis Muller<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política – UFSC.

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa De Pós-Graduação Meio Ambiente E Desenvolvimento – UFPR.

### **INTRODUÇÃO**

No contexto das ciências sociais encontramos duas distintas tradições de conhecimento, uma voltada às teorias empíricas e outra focalizada nas teorias de valor. Em uma explicação genérica podemos conceber a teoria empírica como algo restrito a uma visão realista de como o mundo realmente funciona, enquanto as teorias de valor retratam como o mundo deveria se ordenar. A diferenciação entre teorias empíricas e teorias de valor é crucial para qualquer compreensão do mundo e da própria ciência, mas, até qual ponto as duas tradições teóricas se relacionam? Quais são suas diferenças? Sob quais condições se constituem e se tornam hegemônicas? Considerando as indagações previamente citadas, o presente estudo intenciona proporcionar ao leitor um debate transversal a respeito da interrelação entre teoria empírica e teoria de valor. Longe de esgotar a bibliografia a respeito do tema e a partir de uma lacônica revisão bibliográfica de textos referentes ao assunto, realizaremos uma discussão envolvendo o conceito de ciência em relação a pressupostos e questões pertinentes às teorias de valor. A divisão de nosso estudo é bipartite: primeiro apresentaremos o conceito de ciência nos termos epistemológicos de Popper, para em um segundo momento debatermos a interrelação entre teoria empírica e teorias de valor.

### **1. A CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO À LUZ DE KARL POPPER**

Karl Popper estabelece sua teoria do conhecimento a partir da rejeição do método indutivo e das heranças do positivismo. Ao reinterpretar a ciência que se estabelece no campo da empiria, o epistemólogo não foca na obtenção de enunciados absolutamente certos ou irrevogavelmente verdadeiros como atributos de uma ciência empírica. Ungido em uma proposta lógica, Popper (1972) estabelece um conceito de ciência empírica no intuito de cunhar e delimitar uma definição terminológica para representar o mundo real ou o mundo de nossas experiências, conceito caro à filosofia da ciência. Assim, a “teoria do conhecimento, cujo objetivo é a análise do método ou processo próprio da ciência empírica, pode, nesses termos, ser descrita como uma teoria do método empírico – uma teoria daquilo que usualmente é chamado de ‘experiência’” (POPPER, 1972, p.41).

Para tanto, Popper fundamenta sua teoria do conhecimento na experiência para delimitar como a progressão da ciência ocorre. Ao exemplificar, o cientista afirma que o critério central da ciência deve ser a falseabilidade em detrimento de critérios dedutíveis fundamentados na confirmação empírica por meio da experiência. Desta forma, a construção do conhecimento não deve se centrar na verificação e confirmação de teorias ou hipóteses, em vez disso, o cientista deve trabalhar no sentido de falsificar a teoria. Consequentemente, o conhecimento progride na medida da resistência da hipótese ou teoria à falsificação, de modo que uma teoria será tanto mais válida quanto mais resistir à sua falsificação. Prontamente, as aspirações de Popper à delimitação do conhecimento científico podem ser descritas nas próprias palavras do autor:

Quero apenas que todo enunciado científico se mostre capaz de ser submetido a teste. Em outras palavras, recuso-me a aceitar a concepção de que, em ciência, existam enunciados que devemos resignadamente aceitar como verdadeiros, simplesmente pela circunstância de não parecer possível, devido a razões lógicas, submetê-los a teste (POPPER, 1972, p.50).

Na epistemologia popperiana “deve ser tomado como critério de demarcação não a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema” (POPPER, 1972, p.42), ou seja, “deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico” (POPPER, 1972, p.42) . A teoria do conhecimento de Popper prospera em uma visão realista e lógica. A concepção de epistemologia defendida pelo autor corrobora a ideia de que a ciência é adjetivada pela refutabilidade vis-à-vis o contato com o mundo real, ou seja, o conhecimento científico prospera por meio da reprodução de testes que se estabelecem em contato direto com a realidade.

Chegamos, dessa maneira, a seguinte concepção: sistemas de teorias são submetidos a testes, deles se deduzindo enunciados de nível menor de universalidade; tais enunciados, como devem ser suscetíveis de teste intersubjetivo, não de, por sua vez, mostra-se suscetíveis de teste – e assim *ad infinitum* (POPPER, 1972, p.49).

O método hipotético Hipotético-dedutivo estabelecido por Popper pressupõem uma contínua evolução das respostas aos mesmos problemas concomitantemente com um acúmulo de respostas à novas indagações, de modo que, consequentemente, a ciência promove um contínuo aumento de verdade às teorias. Ou seja, a concepção epistemológica de Popper evolui analogamente a uma percepção de progresso, na medida que as teorias resistem a falseabilidade ao decorrer da evolução do conhecimento. A ciência se situa e é construída sob a égide da relação de novas teorias que surgem a partir da falseabilidade de velhas teorias: o conhecimento progride pela refutação e resistência de preceitos lógicos *ad infinitum*, assim a ciência atinge um acrescentamento de um substancial fundo de verdade presente nela mesma. Por conseguinte,



o conhecimento científico, na lógica popperiana, se assenta na premissa de que a ciência não é a verdade, mas sim a melhor explicação possível, até o momento, para os fenômenos estudados.

## 2. CONHECIMENTO EMPÍRICO E TEORIAS DE VALOR

Como visto no primeiro item deste estudo, a ciência nada mais é do que a melhor explicação possível para os acontecimentos e fenômenos do mundo real. No entanto, no contexto das ciências sociais, em especial da teoria política, encontramos normas morais. Tais normas, diferentemente da ciência, não buscam oferecer uma explicação aos acontecimentos mundanos, mas sim, ofertam um arcabouço de possibilidades a respeito de como as sociedades, os Estados e os indivíduos devem se ordenar.

A moral norm is defined as a social norm, i.e., a formal or largely non-formal normative rule (a rule of action, an imperative for action, or an objective) that determines how the members of a social group, community, or society are to act or behave in particular situations in view of the (possible) actions or (possible) forms of behaviour (reactions) of other members of the group (community, society), and that also exhibits the following feature in addition to those essentially shared by all social norms:<sup>8</sup> with respect to its content, the norm is concerned with care, preventing harm, safeguarding (granted and recognised) rights, or establishing justice, and may exhibit a greater or lesser degree of specificity (cf. more general and abstract basic norms and more specific norms) (MERTZ, 2020, p.196).

Perante a afirmação de Mertz (2020), é imprescindível afirmarmos que as normas morais se estabelecem no campo dos valores. Diferentemente da ciência, retratada à luz de Popper (1972) em nossa pesquisa, valores amplamente aceitos não significam que eles são os melhores possíveis, mas sim que devido a determinados movimentos e conflitos históricos, alicerçados em questões consuetudinárias, lógicas, científicas, retóricas, econômicas, passionais e valorativas alguns valores auferiram status hegemônico, ao passo que valores outrora hegemônicos perderam a sua aceitação social. Consequentemente, os valores hegemônicos são o resultado de conflitos e contingências semeadas ao longo do desenvolvimento político, social, jurídico e moral dos homens.

De acordo com Mertz (2020), as justificativas que permeiam o estabelecimento e a aplicação de normas morais podem partir de justificações internas, imanes a sistemas de valores amplamente aceitos socialmente. Um ordenamento moral é considerado justificado “internamente” quando sua validade provém de outras normas superiores. Ademais, no campo normativo, evidencia-se um eterno *agon* no campo das ideias e dos valores, de modo que aspirações morais são constantemente contestadas por outras perspectivas. No desenrolar do

*agon* e do desenvolvimento das teorias de valor, as informações empíricas ofereceram substanciais contribuições na valoração e transvaloração dos valores. Informações empíricas desempenham um papel no campo da ética, do discurso e às teorias consequencialistas, na medida em que enunciados empíricos demonstram as consequências de uma norma, podendo justificar a sua aplicação ou até mesmo contestá-la (MERTZ, 2020). Quando uma norma é estudada empiricamente, é possível realizar-se incursões científicas a respeito de sua aceitação, diagnosticando os motivos de sua legitimidade, sendo que a análise da validade geral de uma teoria possui potencial para ocorrer nas mais diversas dimensões, abarcando elementos como legitimidade, aplicabilidade, impacto, viabilidade, heranças consuetudinárias etc. Portanto, há a possibilidade de uma norma social ser socialmente aceita mesmo que pesquisas empíricas demonstrem que ela não apresente os resultados esperados, pois elementos como costumes, carisma de seus defensores e a vontade das massas podem legitimar sua aplicabilidade.

A relação entre fato e valor, entre ciência e perspectiva, apresenta uma interdependência. Embora seja correto afirmar que os valores se constituem tanto em conformidade quanto em conflito com enunciados empíricos, a edificação das duas culturas de construção do conhecimento apresenta objetivos distintos. A ciência, como retratado nos termos de Popper (1972), nada mais é do que a melhor explicação possível para os fatos mundanos, ao passo que as teorias de valor objetivam apresentar possibilidades a respeito de como as coisas devem se constituir. Nesse sentido, perante questões como a morte da metafísica e a inexistência de uma ontoteologia inerente ao ser, ou, em outras palavras, a inexistência de uma visão de bem homogênea aos indivíduos, o bem representa coisas diferentes para pessoas diferentes, fato que resulta em um eterno *agon* entre teorias de valor, que abarca temas relativos aos fatos científicos, contingências, formações individuais e aspirações morais.

Bauer e Meyerhuber (2020), ao analisarem a interrelação entre teoria empírica e teorias normativas, diagnosticam que as teorias normativas influenciam diretamente como a própria teoria empírica é construída, pois teorias de valor ofertam os elementos necessários sobre como se conduzir uma pesquisa empírica, uma vez que projetos de pesquisa “tend to be influenced by normative assumptions, unconscious ones as well as such about what constitutes proper research, which methodologies one should use, and what kind of research questions and methods are deemed acceptable” (BAUER e MEYERHUBER, 2020, p. 24).

Teorias normativas muitas vezes foram objeto de pesquisa empírica, de modo que os juízos morais e as teorias de valor são estudados e observados de forma interdependente. Bauer e Meyerhuber (2020) elencam que as teorias de valor apresentam dependências em relação as condições da pesquisa empírica. Ao considerarmos que teorias normativas se situam inseridas na história, incursões científicas para compreendermos o contexto histórico e linguístico podem inserir condicionalidades às próprias teorias normativas. “In this context, one can understand normative theories as children of their time, with their development being closely linked to the empirical reality of the theorist” (BAUER E MEYERHUBER, 2020, p. 23).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interrelação entre teorias empíricas e teorias normativas é evidente, seja na própria interpretação da teoria normativa ou até mesmo durante a realização de incursões empíricas. Tratar a teoria normativa de forma independente em relação à ciência empírica pode representar um obstáculo na própria compreensão das normas morais, dos motivos que levaram ao seu estabelecimento, dos resultados de sua aplicação e dos motores que legitimam uma determinada norma moral nas sociedades. O estudo e a compreensão de enunciados empíricos juntamente com o papel das teorias de valor oferta uma gama possibilidades analíticas, uma vez que as funções de cada um destes itens no contexto epistemológico de construção do conhecimento exibem peculiaridades e objetivos dessemelhantes. Apesar de apresentarem objetivos distintos, sua interrelação pode proporcionar escopos analíticos promissores na construção e na criação do conhecimento.

**Palavras-chave:** Ciência. Popper. Teoria empírica. Teoria de valor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, A. M., MEYERHUBER, M. I. Two worlds in the brink of colliding: on the relationship between empirical research and normative theory. In: \_\_\_\_\_. **Empirical Research and Normative Theory**, Berlin, Boston: De Gruyter, 2020.

MERTZ, M. Empirical incursions: or how empirical information may influence the validity of a moral norm. In: BAUER, A. M., MEYERHUBER, M. I. **Empirical Research and Normative Theory**, Berlin, Boston: De Gruyter, 2020.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo/Brasil: Cultrix, 1972.